

Dicionário crítico de migrações internacionais

Leonardo Cavalcanti Tuíla Botega Tânia Tonhati Dina Araújo (Org.)

Coordenador de produção editorial Preparação e revisão Diagramação e capa

Equipe editorial

Percio Sávio Romualdo da Silva Denise Pimenta de Oliveira Wladimir de Andrade Oliveira

Copyright © 2017 by Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição: Editora Universidade de Brasília SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK, 2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF

Telefone: (61) 3035-4200 Site: www.editora.unb.br

E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

D546

Dicionário crítico de migrações internacionais / Leonardo Cavalcanti ... [et al.], (org.). – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2017.
740 p.; 24 cm.

ISBN 978-85-230-1211-3.

1. Migrações internacionais. 2. Imigrante. 3. Emigração. 4. Imigração. I. Cavalcanti, Leonardo (org.).

CDU 325.1

Impresso no Brasil

DISCURSO DA (SOBRE A?) DIFERENÇA

Igor José de Renó Machado⁴²

Migração e diferença são dois lados de uma mesma moeda: pessoas se deslocam e atingem lugares onde são vistas como diferentes, tanto em movimentos internos quanto internacionais. Os migrantes estão, portanto, sujeitos a serem vistos como diferentes e essa situação gera uma série de fenômenos fundamentais da sua experiência. Na grande maioria dos casos os migrantes são vistos de forma negativa: com preconceito, estereótipos, violência e toda sorte de discriminações negativas. Em poucas situações acontece o contrário e os migrantes são vistos positivamente: quando vêm de lugares considerados "desenvolvidos" e quando são instrumentos de exclusão de minorias nativas (essas as discriminadas).

Entretanto, cada processo migratório constitui suas próprias circunstâncias, nas quais diferentes experiências de hierarquização acontecem. Em cada situação um conjunto de fatores produz discursos sobre a diferença, cujo disparador é a presença do migrante. Assim, pode-se afirmar que a migração está sempre relacionada com algum discurso sobre a diferença. Em geral esses discursos produzem

Os discursos sobre a diferença são complexos, provêm de várias fontes distintas e podem ser conflitantes, paradoxais e confusos. De forma bastante esquemática, podemos pensar que uma parte desses discursos tem origem na burocracia estatal e resultam em políticas e práticas de Estado amparadas em percepções da diferença, nem sempre explícitas entre os formuladores. Ou seja, muito do que aparece como políticas públicas racionais é informado por concepções nem sempre conscientes sobre a diferença migrante. Outra parte dos discursos da diferença é produzida aleatoriamente pelos conjuntos de pessoas que vivem em contato com os migrantes, pelas mídias, por formadores de opinião em geral: são discursos difusos eivados de complexidades. O trânsito entre uma esfera pública onde os discursos são produzidos para uma esfera estatal é constante e varia conforme a situação político-cultural em cada contexto nacional.

Outra parte dos discursos da diferença é aquela produzida pelos próprios migrantes: com suas percepções sobre si mesmos, como contraponto aos estereótipos a que estão sujeitos e como forma de valorizarem sua contribuição aos novos contextos de vida. A bibliografia tem destacado o contraste entre a visão que se têm dos migrantes e a visão que esses têm de si mesmos: destaca as maneiras como tentam modificar a forma como são vistos quando ela os prejudica. A assimetria de poder entre o desejo de mudar a visão que é produzida sobre eles próprios e sua efetiva capacidade de realizar uma

exclusão dos migrantes, embora também possa acontecer o contrário.

⁴² Professor associado na Universidade Federal de São Carlos. Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp. Coordenador do Laboratório de Estudos Migratórios. Coordenador adjunto do Comitê de Migrações e Deslocamentos da Associação Brasileira de Antropologia.

transformação é destacada por muitos estudos sobre a migração.

Quando migrantes se deslocam de um lugar para outro sempre se deparam com hierarquias constituídas, com discursos sobre a diferença já existentes. Essas hierarquias constituídas são tensionadas pela presença dos migrantes, de forma a se reestruturarem com os novos residentes. Em muitos casos, as hierarquias já detêm um conjunto de imagens sobre os migrantes: quando guatemaltecos migram para os EUA, por exemplo, deparam-se com imagens estabelecidas sobre os "latinos". Nesse sentido, são colocados imediatamente numa chave explicativa, num universo de discursos sobre a diferença que lida com uma suposta "latinidade" atávica. Essas imagens, discursos e estereótipos condicionam a experiência dos guatemaltecos e de quaisquer populações que caiam nessas categorias pré-estabelecidas. Ou seja, o discurso da diferença ou as hierarquias estabelecidas influenciam de maneira muito acentuada a forma como os migrantes viverão sua vida nos locais de chegada, os espaços que ocuparão no mercado de trabalho, a possibilidade de integração com a população nativa, os estereótipos degradantes, etc.

As hierarquias das alteridades estão também no jogo da história, é bom que se destaque. Assim, minorias discriminadas num momento histórico podem assumir outro papel em momentos posteriores. As hierarquias não são eternas e mudam gradualmente ao longo do tempo e conforme os jogos de poder em uma sociedade. Tomando como um exemplo o lugar dos portugueses em New Bedford, nos EUA,

Feldman-Bianco (2012) mostra-nos que eles eram tomados como uma minoria discriminada desde os finais do século XIX, mas ao longo do século XX passaram a ser vistos de forma distinta, em função de uma mudança na estrutura econômica de New Bedford e por conta da aproximação do Estado português a essa comunidade de imigrantes. Essa mudança na percepção sobre os portugueses nos permite entender a historicidade das hierarquias das alteridades, dos estereótipos e mesmo dos preconceitos.

Por outro lado, se o discurso da diferença vai se alterando ao longo do tempo, por transformações estruturais na sociedade de destino e pela relação que os migrantes vão estabelecendo com a sociedade nacional, a própria ação dos imigrantes pode também produzir inflexões na forma como são vistos, tanto para mudar as imagens hegemônicas sobre eles como para reafirmar determinados estereótipos. Os sujeitos não são sempre refratários aos estereótipos e uma subordinação ativa às imagens dominantes não é rara: em determinados momentos, as imagens hegemônicas podem abrir espaços no mercado de trabalho e isso pode produzir toda sorte de reificações simbólicas. Assim, o exemplo dos brasileiros no Porto, analisado por Machado (2009), indica que, em determinada conjunção sócio-histórica, os imigrantes que correspondiam às imagens estereotipadas portuguesas sobre o brasileiro conseguiam empregos justamente por conta dessa equivalência. Isso articulava a possibilidade de que o discurso sobre a diferença do português sobre o Brasil produzisse efeitos na vida cotidiana dos brasileiros imigrantes no Porto: eles

procuravam se adaptar a essas imagens, produzindo processos de subordinação ativa. Esse exemplo ilustra a complexidade da relação dos migrantes com os discursos sobre a diferença: não se pode achar que os migrantes são sempre e apenas vítimas de preconceitos.

Em outras situações, as imagens estabelecidas atingem um grupo, por mais heterogêneo que seja, de forma muito intensamente negativa. Nesses casos é comum uma tentativa de transformação das imagens correntes por meio de vários artifícios de afirmação identitária que contraponham aos discursos preconceituosos outra imagem que se deseja articular. O caso dos brasileiros nos EUA, por exemplo, analisado por vários autores, como Margolis (1994), por exemplo, indica uma lenta e gradual mudança de um discurso preconceituoso que associava os brasileiros aos latinos (categoria extremamente negativa em quase todo EUA) para um discurso que associava os brasileiros a um grupo "ordeiro de trabalhadores". Ou seja, a ação coletiva dos brasileiros foi, de alguma forma, capaz de mudar algo das hierarquias de alteridade nas quais haviam sido inseridos. Por meio de uma ação coletiva (mesmo que não organizada) de afirmações identitárias, os brasileiros conseguiram, ao menos em alguns contextos, escapar das armadilhas de determinadas hierarquias americanas.

Essas transformações, entretanto, deixam evidentes as assimetrias de poder entre os grupos migrantes e as fontes de produção de discurso da diferença nos países ou lugares de destino: quando a mídia, partidos políticos, grupos religiosos, governos, entre outros produtores de discurso, se empenham em discriminar grupos migrantes, é muito difícil para estes contestar os estereótipos, justamente pelas assimetrias no acesso aos lugares de produção de discurso. Exemplos como o dos brasileiros são muito mais raros que exemplos como o de imigrantes africanos oriundos de países de língua oficial portuguesa em Portugal, ou imigrantes bolivianos na Espanha, entre muitos outros. Nesses casos, as hierarquias são tão fortes e os estereótipos tão pervasivos que aos grupos migrantes é muito difícil escapar da discriminação e dos lugares de trabalho associados à discriminação (os piores possíveis).

Em muitas ocasiões o discurso da diferença atinge de forma distinta o conjunto dos migrantes em determinada localidade: há diferenças de classe, raça e religião entre eles. A pressuposição de que grupos são atingidos da mesma forma pelos discursos sobre a diferença vigentes é enganosa, pois em geral os migrantes convivem com distinções internas, com hierarquias e assimetrias e com discursos de diferença entre si mesmos. Assim, o racismo que é característico dos brasileiros na vida cotidiana no Brasil não desaparece na experiência da migração internacional: brasileiros brancos no exterior continuam em muitos casos a produzir os mesmos discursos de diferença preconceituosos que produziam no Brasil. Ou seja, é preciso considerar seriamente que várias ordens de discursos sobre a diferença se sobrepõem na experiência imigrante: desde os de recepção, vigentes nas sociedades, até os que preexistiam entre os migrantes, passando por novos discursos que se produzem especificamente na experiência produzem especificamente na experiência de migração. A confluência, conflito e tende migração. A confluência, conflito e tende migração entre esses vários níveis de discurso só podem ser apreendidos a partir de estudos podem ser apreendidos a partir de estudos cuidadosos em cada contexto de migração.

O discurso da diferença também é produzido por intelectuais e acadêmicos: a forma mais utilizada é o desenvolvimento de conceitos para explicar, manusear e refletir sobre as diferentes vidas que um ser humano pode viver. Conceitos como "cultura", "etnicidade" e "identidade", por exemplo, têm sido largamente utilizados para pensar a diferença em diversos contextos e segundo distintas perspectivas teóricas. A diversidade de abordagens reflete a complexidade que a diferença impõe às sociedades em geral. A historicidade dos conceitos denuncia também formas diferentes de pensar a diferença 20 longo do tempo, demonstrando um esforço sistemático dos intelectuais em entender as dinâmicas da diferença.

Em geral, os conceitos pretendem-se neutros dos estereótipos e preconceitos sociais: deveriam ser apenas ferramentas para entender melhor a diferença através da neblina opaca gerada pelos estereótipos. No entanto, os intelectuais vivem em sociedades e estão constantemente produzindo conhecimento informado pelos pontos de vista preponderantes nelas. Isso significa que muitos desses conceitos, em diversas formatações, carregam consigo algo dos preconceitos e estereótipos da sociedade de origem dos intelectuais. Intelectuais como Said (2003) e Fabian (1983) demonstraram como conceitos vigentes na academia têm sido instrumentos de estereotipação, mais que instrumentos de conhecimento.

Esse processo de encapsulamento (consciente ou não) das reflexões intelectuais pelos estereótipos ganhou nomes como "orientalismo", "essencialismo", etc. Muitas vezes, a neutralidade suposta dos maquinários conceituais esconde um conjunto de estereótipos e preconceitos que estão no próprio cerne da reflexão sobre a diferença. Isso não quer dizer que os conceitos sejam todos e sempre instrumentos de opressão, mas sim que um uso pouco crítico deles pode dar margem a resultados que ajudam a produzir exclusão, em vez do contrário.

Por outro lado, é preciso destacar que muitos dos conceitos que são produzidos pela academia são posteriormente reutilizados pelos grupos em situação de vulnerabilidade simbólica e econômica como instrumentos de valorização da própria diferença: os conceitos ganham outra vida entre aqueles que pretendiam explicar. Manuela Carneiro da Cunha (2009) chama atenção para esses fenômenos, assim com Lévi-Strauss já o fazia em 1952, em Raça e história. A "cultura com aspas" de Carneiro da Cunha (2009) é um exemplo de como esses conceitos supostamente essencializadores são reapropriados para valorizar diferenças justamente ao reessencializá-las, mas dessa vez a partir desses grupos vulneráveis.

Assim, discursos sobre a diferença são produzidos em diversos lugares, contrastando o poder das maiorias de discriminar minorias. Essa discriminação solidifica-se em estereótipos, que em geral reduzem as minorias a imagens esvaziadas de historicidade e reduzidas a poucos referentes detratores. Os estereótipos têm um poder pervasivo e se espalham pelo tecido social,

influenciando a produção de intelectuais acríticos e também a produção de políticas públicas. O Estado, de forma geral, é um grande produtor de discursos de diferença, mesmo considerando a sua polifonia e fragmentação interna. Muitos desses discursos aparecem formalmente como políticas públicas. Em casos radicais, as políticas públicas podem adquirir um cariz fortemente discriminatório contra migrantes e minorias, cujos direitos de cidadania podem ser grandemente ameaçados. O caso limite são os genocídios étnicos, infelizmente mais frequentes do que se imagina: Ruanda, Iugoslávia, Alemanha nazista, Turquia e armênios, etc. Os exemplos se multiplicam. Mas se temos esse extremo, também temos mecanismos menos explícitos de exclusão, que também são eficazes. As políticas de imigração europeias e norte-americana e a lenta, progressiva e questionável relação que estabelecem entre migração e criminalidade são exemplos muito evidentes de políticas públicas de exclusão e de produção de um discurso sobre a diferença baseado no medo e na visão do migrante como uma ameaça em potencial.

As legislações de migração europeias têm sido cada vez mais restritivas
e progressivamente entrelaçadas com um
universo semântico de proteção, ameaça e
segurança nacional. Associados ao avanço
de partidos e partidários de políticas de
restrição à entrada e de culpabilização
dos migrantes por mazelas econômicas
nacionais, temos o desenvolvimento de
discursos avessos à diferença e o aumento
de preconceito e racismo apoiado por
grupos sociais significativos. Por outro

lado, as políticas de controle de migração muito comumente são permeadas pelas hierarquias da alteridade que vigem em determinado contexto. Em muitos casos, a própria legislação de migração é um discurso sobre a diferença, no sentido em que prefere e facilita a vida de alguns grupos de migrantes em relação a outros grupos, às vezes mesmo de nacionais.

É o caso das legislações de migração no Brasil no começo do século XX, por exemplo, nas quais migrantes europeus brancos eram preferidos a outros migrantes "não brancos", como árabes, japoneses, etc. E a própria existência das políticas de migração nesse período foram pensadas como forma de afastar as populações negras do acesso às terras e ao mercado de trabalho. Ou seja, podemos ver que as legislações de migração aparecem como um índice das hierarquias de alteridade em uma sociedade em determinado momento, impregnadas de discursos sobre a diferença presentes nas sociedades.

As políticas de Estado podem também ter interesse explícito em combater os estereótipos e exclusões que se associam a determinados grupos minoritários: políticas como as "multiculturais", por exemplo, pretendem combater racismos, preconceitos e exclusão social. Embora tenham formas muito variadas em cada contexto de aplicação, em geral preconizam um reconhecimento positivo da diferença, tentando transformar a percepção negativa associada aos grupos. Mas mesmo as políticas bem--intencionadas de combate à discriminação podem conter em si discursos sobre a diferença que são excludentes: as políticas multiculturais que focam exclusivamente

identities. London; Chicago: Verso, 1991. • CARNEIRO DA CUNHA, M. Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac e Naify, 2009. • FABIAN, J. Time and the other. how anthropology makes its object. Nova York: Columbia University Press, 1983. • FELDMAN-BI-ANCO, B. The aftermath of a rape case: the politics of migrants 'unequal incorporation' in neo-liberal times. In: BAR-BER, P.G.; LEMB, W. (Org.). Migration in the 21st century: political economy and ethnography. 1. ed. New York: Taylor & Francis; Routdlege, 2012. v. 37. p. 1-252. GROSFOGUEL, R.; GEORGAS, C. "Coloniality of power" and racial dynamics: notes towards a reinterpretation of Latino Caribbeans in New York City. Identities: global studies in culture and power, v. 7, n. 1, p. 85-125, 2000. • JAMESON, F. Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1997. • LÉVI-STRAUSS, C. Raça e história. In: LÉVI-STRAUSS, C. Antropologia Estrutural II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976. cap. XVIII. p. 328-366. • MACHADO, I. J. R. Cárcere público: processos de exotização entre brasileiros no Porto. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009. v. 1. 256 p. · MARGOLIS, M. Little Brazil: an ethnography of Brazilian immigrants in New York City. Princeton: Princeton University Press, 1994. • MORAN-TAYLOR, M.; MENJÍVAR, C. Unpacking longings to return: Guatemalans and Salvadorans in Phoenix. International Migration, Arizona, v. 43, n. 4, p. 91-121, 2005. • OLIVEIRA, R. C. Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São

Paulo: Edunesp, 2006. 258 p. • SAID. E. W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. • SEYFERTH, G. Imigração e cultura no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990. 105 p. • WILLEN, S. S. Toward a critical phenomenology of "illegality": state power, criminalization, and abjectivity among undocumented migrant workers in Tel Aviv, Israel. International Migration, v. 45, n. 3, p. 8-38, 2007.

DISTINÇÃO SOCIAL

Márcio de Oliveira⁴³ Cristina Teixeira⁴⁴

Na linguagem corrente, o termo distinção significa o ato de diferenciar ou de separar (dividir) dois ou mais objetos. Significa ainda demarcar, discriminar, reconhecer ou fazer reconhecer diferenças. Significa, enfim, distinguir. Como adjetivo, tem-se o indivíduo distinto, particular, superior, elegante, honrado e/ou condecorado. Todos esses adjetivos têm uma função social clara para o indivíduo: diferenciá-lo dos outros. O ato de diferenciar-se parece ter sua origem no indivíduo, mas de fato trata-se de um processo que se origina na sociedade. Os indivíduos

⁴³ Professor titular de Sociologia na Universidade Federal do Paraná. Doutor em Sociologia pela Universidade de Paris V.

Professora associada da Universidade Federal do Paraná, socióloga, doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento.